

**HABEAS CORPUS Nº 548.497 - SP (2019/0356545-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : CARLOS MANOEL DUARTE MARQUES**  
**ADVOGADO : CARLOS MANUEL DUARTE MARQUES - SP289663**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : GABRIEL BEN BARAC FERREIRA DE AZEVEDO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

**GABRIEL BEN BARAC FERREIRA DE AZEVEDO** alega sofrer coação ilegal em decorrência de decisão liminar prolatada por Desembargador do **Tribunal a quo** (HC n. 2263103-02.2019.8.26.0000).

O impetrante busca a revogação de prisão preventiva decretada nos Autos n. 1500880-89.2019.8.26.0441, pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Peruíbe. Sustenta a ausência de motivação da cautelar e a falta dos requisitos do art. 312 do CPP.

**Decido.**

**I. Súmula n. 691 do STF**

Permite-se a superação da Súmula n. 691 do STF em casos excepcionais, quando, sob a perspectiva da jurisprudência deste Superior Tribunal, a ilegalidade do ato apontado como coator é tão óbvia que é cognoscível a um primeiro olhar, sem necessidade de incursionar em questões de alta indagação.

**II. Possibilidade de mitigar a Súmula n. 691 do STJ.**

**Na hipótese, verifico a necessidade de acolher o pleito de urgência.**

A prisão preventiva possui **natureza excepcional**. Deve ser suficientemente motivada, com **indicação concreta das razões fáticas e jurídicas** que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

Sujeita-se à prova da ocorrência de crime (s) punido (s) com pena superior a 4 anos de reclusão (salvo nas hipóteses do art. 313 do CPP) e a suficientes indícios de que o(a) suspeito(a) seja o autor ou partícipe dos fatos tidos como delituosos, comprovada a materialidade delitiva. Reunidos esses dois pressupostos, cabe ao juiz identificar dados concretos que justifiquem a imposição de providência cautelar tão gravosa e que traduzam a necessidade de se proteger a instrução criminal, a aplicação da lei penal ou a ordem pública e econômica (*periculum libertatis*).

**Dito isso, verifico patente ilegalidade, apta a justificar a intervenção precoce deste Superior Tribunal. A prisão *ante tempus* do paciente não está embasada em decisão fundamentada. Confira-se:**

Pela MM.<sup>a</sup> Juíza foi decidido: "Inicialmente, sobreleva destacar, que o(a)(s) indiciado(a)(s) Gabriel Bem-Barac Ferreira de Azevedo, encontrava(m)-se em situação de flagrância, nos termos do artigo 302 do Código de Processo Penal, não tendo o referido ato qualquer revestimento de ilegalidade. Assim, encontrando-se formalmente em ordem, HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO.

Consta dos autos que os policiais estavam em patrulhamento pela área dos fatos, notadamente conhecida pelo tráfico de drogas, quando avistaram um indivíduo em atitude suspeita, demonstrando nervosismo com a presença policial. Ao se aproximarem, perceberam que tal indivíduo passou a caminhar rapidamente, ocasião na qual decidiram por abordá-lo. Durante a abordagem, o referido indivíduo, identificado como GABRIEL B. B. FERREIRA DE AZEVEDO, desobedeceu a ordem de parada, jogando uma sacola de plástico em um quintal, no entanto foi capturado e resistiu, sendo necessário o uso moderado da força e algemação para contê-lo.

No interior da sacola jogada por GABRIEL, foi encontrado 98 porções de CRACK, devidamente embalados para comercialização, bem como a quantia de R\$ 86 (oitenta e seis reais). Em buscas realizadas defronte ao local onde GABRIEL estava (aproximadamente 15 metros de distância), foi encontrado escondido em uma casa abandonada outras 306 porções de CRACK, 125 porções de COCAÍNA e 5 porções de MACONHA. Diante dos fatos, foi dada voz de prisão ao autor e trazido a esta Delegacia de Polícia para as providências de Polícia Judiciária. Por fim, informam que

não existem escolas, quadras poliesportivas ou atividades relacionadas próximo ao local em que o autor foi encontrado.

É o breve relato. Decido.

**Diante do exposto, CONVERTO a prisão em flagrante de Gabriel Ben-Barac Ferreira de Azevedo em PREVENTIVA, com esteio no art. 312 do CPP, por entendê-la necessária à garantia da ordem pública, visto que insuficiente sua substituição por alguma das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Expeça-se os MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA. Saem os presentes intimados.**

O Juiz não apontou nenhum dado concreto que evidenciasse, à luz do art. 312 do CPP, a necessidade de restringir a liberdade do acusado. **Dúvidas não há, ao menos a partir do decreto prisional que instrui o habeas corpus, sobre a inobservância da exigência prevista no art. 93, IX, da Constituição Federal.**

Nesse cenário, como o Desembargador não reconheceu o vício, que é patente, **supero a Súmula n. 691 do STF e concedo a liminar para suspender os efeitos do decreto de prisão preventiva exarado contra o paciente, até o julgamento deste habeas corpus.**

Não há prejuízo de decretação de cautelares desde que justificada concretamente a sua imprescindibilidade.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**